



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1977.

ANO III

EMENDA À CONSTITUIÇÃO.

SÚMULA: Acrescenta artigo 157 ao Título V — das Disposições Gerais e Transitórias, da Constituição do Estado.

Artigo único — O Título V — Das Disposições Gerais e Transitórias — fica acrescido do seguinte dispositivo:

"Artigo 157 — É assegurado, ao servidor público admitido antes de 08 de maio de 1967, e que tiver tempo de serviço prestado até 15 de março de 1968, o direito de computar esse tempo, para efeito de aposentadoria, proporcionalmente ao número de anos de serviço a que estava sujeito, no regime anterior, para a obtenção do benefício."

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual de 08 de maio de 1967, seguindo disposições contidas na Constituição Federal de 24 de janeiro daquele mesmo ano, alterou os critérios até então vigentes para a obtenção da aposentadoria, passando a exigir, como tempo necessário para a concessão desse benefício, 35 anos para os homens e 30 para as mulheres.

Todavia, no § 1.º de seu artigo 143, deixou a seguinte ressalva:

"Art. 143 —"

"§ 1.º — O servidor que já tiver satisfeito, ou vier a satisfazer, dentro de um ano da data da Constituição Federal, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos da legislação vigente naquela data, aposentar-se-á com os direitos e vantagens previstos naquela legislação".

Ocorre, que a data da vigência da Constituição Federal, segundo disposição expressa em seu artigo 189, foi 15 de março de 1967, daí a razão da "Emenda Accioly Filho" contida no § 1.º do artigo 177, do Ato das Disposições Transitórias da Carta Magna de 1967 ter validade também até 15 de março de 1968.

O acréscimo de 5 (cinco) anos para a obtenção da aposentadoria, colheu diversos funcionários admitidos sob o regime anterior, de surpresa, e a nova Carta Estadual não estabeleceu qualquer critério para a contagem desse tempo, embora os mineiros, mais previdentes, já fizessem constar na Constituição de Minas Gerais a seguinte norma:

"Art. 222 — A Lei assegurará, ao funcionário que tiver tempo de serviço prestado antes de 13 de maio de 1967, o direito de computar esse tempo, para efeito de aposentadoria, proporcionalmente ao número de anos de serviço a que estava sujeito, no regime anterior, para obtenção do benefício."

Essa matéria foi regulamentada somente em 13 de dezembro de 1968, através da Lei Estadual n.º 5.140, que estabelecia a seguinte fórmula para a elaboração do cálculo proporcional:

$$\frac{TN}{TA} = \frac{X}{TC}$$

na qual TC - tempo de serviço do funcionário;
TN - tempo atualmente exigido para aposentadoria e TA - tempo exigido pelo regime anterior.

Nesse ponto, os paulistas, através de sua Emenda Constitucional n.º 7, de 6 de julho de 1977, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo n.º 127, de 7 de julho de 1977, foram mais práticos e parecem haver encontrado a redação ideal, semelhante àquela que adotamos na presente proposição, procedidas as adaptações necessárias.

Como vemos, o dispositivo que se pretende inserir na Carta Magna de nosso Estado, não inova a legislação de nosso País, e, somente o fato de constar das Constituições de São Paulo e Minas Gerais, Estados de grande expressão, com aplicação nesse último há mais de uma década, embora com redação diversa, já dizem da inexistência de proibição para que se fixe tal critério de contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria.

Sobre o aspecto de privacidade de competência do Governador para iniciar o processo legislativo das proposições que disponham sobre servidores públicos, devemos ressaltar que está restrita ao âmbito das Leis Ordinárias e, a presente proposição, tratando-se de Emenda Constitucional, na forma do art. 24 de nossa Carta, pode ter seu andamento normal até promulgação pela Mesa desta Assembléia Legislativa, desde que seja iniciada com assinatura da terça parte de seus membros.

Versando sobre medida de elevado alcance para o funcionalismo público, e buscando nada mais do que fazer justiça aos servidores que ingressaram nos quadros da Administração Estadual em data anterior à Constituição que fixou novas normas para a aposentadoria, cremos que a reivindicação dessa operosa classe será acolhida nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1977.

Deputado Fideicino Tolentino

Deputado Valter Pietrângelo